

**RÓTULOS NARRATIVOS: FICÇÃO, NÃO FICÇÃO OU “FICÇÃO FINGIDA”?:
A CLASSIFICAÇÃO DE NARRATIVAS NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINO.**

Paula Lima Gomes¹

Resumo:

O artigo discute a classificação narrativa, no contexto Israel-palestino, da historiografia do outro como “ficção fingida” (ISER, 2002), na tentativa de oficializar-se como A Narrativa não ficcional desse conflito. Para tanto, toma como objeto a (des)construção de Benny Morris (2008) em seu texto “O novo livro de Ilan Pappé é espantoso”, analisado sob a luz de pesquisas bibliográficas e análises de discurso. Para pensar o conflito propriamente dito, o artigo se baseia nos postulados em disputa de Morris (2008, 2014), Pappé (2008, 2010) e demais complementações teóricas e empíricas, em articulação com outros conceitos basilares, como ficção, “ficção fingida” (ISER, 2002), não ficção e “leitura documentarizante” (ODIN, 2012), presentes, principalmente, em Iser (2002) e Odin (2012).

Palavras-chave: Narrativa. Ficção fingida. Não-ficção. Israel. Palestina.

1. Introdução

Dentro do próprio conflito existem vários conflitos e esse seria, sinteticamente, o panorama desse objeto que acaba acionando todo um processo classificatório da narrativa do outro como “ficção fingida” (ISER, 2002), ou seja, como uma ficção que tenta se passar como não ficção. Da disputa existencial, que parte da subjugação ou exclusão do “estrangeiro” em detrimento do puro “nativo” à disputa narrativa, que silencia ou desmoraliza a versão alheia para consagrar-se como A Narrativa², o fato é: o que se vê nas terras, parece se ver nos textos.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: paulakahlo@gmail.com.

² A utilização desse termo, nessa configuração como em outras, é uma analogia com o que Finkelstein (2001) faz com outra expressão. Para ele, “O Holocausto”, nessa configuração, é uma representação ideológica do fato real do “holocausto nazista”, voltada, sobretudo, à projeção de Israel como Estado vítima sem nenhum compromisso com a denúncia do próprio fato.

Para apresentar o conflito Israel-palestino³ e compreender a disputa narrativa sob a luz da disputa existencial, detalhada no tópico dois (*Breve contextualização do objeto*), o artigo aciona os postulados quase antagônicos dos historiadores Benny Morris (2014) e Ilan Pappé (2010), assim como do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel (2011) e do Standub Comedy (2014), que fez um vídeo-resposta ao vídeo oficial do Ministério. Em todos os casos, o que se parece ver é a disputa pelo lugar d'A Narrativa do conflito, esse “objeto social” (AUGÉ, 1998) caracterizado por sua transmissividade, que passa também pela classificação da versão alheia como “ficção fingida” (ISER, 2002), ou seja, como uma mera “narrativa”⁴ que tenta se passar como A Narrativa, como será explicado a seguir.

O terceiro tópico do artigo (*Entendendo narrativas, Narrativas, “narrativas”*) levanta e articula, após a discussão da disputa em questão, uma série de conceitos para compreender o processo classificatório da historiografia do outro. Começando pela concepção abrangente de Wolfgang Iser (2002) sobre ficção, em diálogo com Marc Augé (1998) e Luiz Costa Lima (2006), para auxiliar a compreensão das narrativas (com *n* minúsculo e sem aspas). Passando pela reflexão sobre não ficção, indiretamente discutida por Iser (2002) e diretamente trabalhada por Roger Odin (2012), por meio dos seus conceitos de “leitura documentarizante e fictivizante”, compreendendo as estratégias de sentido d'As Narrativas (com *n* maiúsculo e sem aspas), na tentativa de se legitimarem como a não ficção do conflito. Além de conceituar a ideia de “ficção fingida”, cunhada por Iser (2002) a partir da sua reflexão sobre os atos de fingir, ajudando a compreender as “narrativas” (com *n* minúsculo e aspas).

Para compreender empiricamente o que se discutiu a partir dos teóricos, parte-se no quarto tópico (*Reflexões sobre um processo classificatório*), para a análise do texto de Morris (2008) “O novo livro de Ilan Pappé é espantoso” e seu processo de desconstrução do relato alheio e construção do próprio relato, que Ilan Pappé também o faz, por meio do processo classificatório mútuo que se legitima como Narrativa e deslegitima o outro como a “narrativa”. Por fim, o artigo termina com a apresentação de *Conclusões e tensionamentos preliminares*

³ A utilização desse termo, equivalente a conflito árabe-israelense (FINKELSTEIN, 2001; SAID, 2012; MORRIS, 2008) parte do pressuposto de que os atores envolvidos nesse conflito são o Estado de Israel e o povo palestino.

⁴ A utilização desse termo, nessa configuração, faz uma analogia com a ideia de “ficção fingida” (ISER, 2002), que seria uma ficção que tenta se passar como não ficção, na medida em que as aspas esconderiam o que estaria encoberto por elas: uma narrativa (nesse configuração), ou seja, uma mera ficção.

sobre tais narrativas, que permeiam discursos históricos, jornalísticos, testemunhais, oficiais etc., representando e muitas vezes legitimando o próprio conflito existencial Israel-palestino. Pois nesse caso, as palavras parecem diretamente ligadas aos atos e vice-versa.

2. Breve contextualização do objeto

O conflito Israel-palestino, como se viu, se presentificou recentemente nas esferas da diplomacia mundial à imprensa internacional e nacional, enquanto assunto e dilema que diz respeito a todos. No entanto, por se tratar de uma ênfase factual, iniciada nesse ano, com o desaparecimento de três jovens israelenses no dia 12 de junho, faz-se necessário uma breve introdução sobre a historiografia do conflito. O que hoje se disputa territorialmente, já foi, em tempos passados, província do império otomano (1500-1917) e protetorado britânico (1917-1948) – pontos de aparente consonância na história israelense e palestina – para depois, tornar-se o território (1948-atual) que se conhece. Essa consonância, pouco presente ao voltar-se em outros tempos, levanta assim, a disputa narrativa pela conexão histórica de um determinado povo com um certo território. Sendo esse, “o problema maior do qual o conflito deriva: a quem a terra de Israel, ou Palestina, pertence?” (MORRIS, 2014).

Na Narrativa do historiador Benny Morris (2014), o direito de reivindicação da terra por judeus e palestinos é, na teoria, igualmente legítimo. Os árabes da Palestina, por terem, desde o século VII, residido naquele território que tornou-se uma área de maioria árabe com a conquista da província romana. E os judeus por já terem constituído seu “país” – termo adotada pelo autor – ali em 70 a.C., antes dos romanos que tomaram sua terra e dos árabes que a conquistaram depois e por continuarem vivendo lá, durante séculos de exílio, mantendo o vínculo ideológico e psicológico com sua “terra natal histórica” (MORRIS, 2014). Sendo assim, além de haver “uma conexão histórica obviamente muito forte, senão os judeus não teriam voltado” (MORRIS, 2014), há também, segundo o autor, um compartilhamento dessa ideia na maioria do mundo cristão⁵, assim como já houve entre os árabes⁶ que hoje a negam.

Ilan Pappé (2010), diferente de Morris, parte da historiografia sionista – movimento que defendia/defende a criação/existência do Estado de Israel – e não da judia, para discutir o

⁵ “Ali é terra deles”, palavras do Ministro britânico lorde Balfour, segundo Morris (2014).

⁶ “Nós sabemos que aqui é terra dos judeus, mas infelizmente nós vivemos aqui agora e não queremos que eles voltem”, palavras do prefeito árabe de Jerusalém (1899), segundo Morris (2014).

conflito e a legitimidade da reivindicação em questão. Pois para ele, a história do projeto sionista é a história de um processo colonizatório iniciado no fim do século XIX, que se utiliza da história judaica como base ideológica, a ponto de estabelecer uma conexão ancestral com esse lugar, para substituir o que não encontraram em nenhuma de suas ondas colonialistas (1882, 1905, 1917, 1948): “uma terra sem povo para um povo sem terra” – slogan sionista cunhado por Herzl⁷. Segundo A Narrativa de Pappe (2010), o que em 1882, carregava um espírito revolucionário pró-judeu foi, a partir de 1905, substituído por um espírito nacionalista anti-árabe, originando todo o esquema mental do movimento sionista que perdura atualmente, demonstrando a dissonância existente no campo teórico, que também se vê em outros lugares.

N’A Narrativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel, “a verdade sobre a Cisjordânia” (2011) seria: inicialmente, a Cisjordânia e a margem direita do rio Jordão, assim como outras terras, faziam parte do Império Otomano. Mas com a dissolução desse Império na I Guerra Mundial e a redistribuição de suas terras entre as Forças Aliadas, ambas tornaram-se um protetorado inglês (1917), destinando-se, no mesmo ano, à criação do Estado judeu com aval da Liga das Nações e do Ministro britânico lorde Balfour. Apesar desse reconhecimento, o Estado de Israel se constituiu em 26% do território destinado a ele, devido aos ataques de jordanianos, sírios e egípcios. Em 1947, a ONU reafirmou o direito de constituírem seu país mas recomendou (Resolução 181) a criação de dois Estados: um judeu e um árabe. A recomendação acatada pelos primeiros, reduziu o território de Israel a 70% da Cisjordânia, com base numa linha de cessar fogo (1949), conhecida depois, como “fronteira de 1967”.

Já n’A Narrativa dos palestinos, “a real verdade sobre a Palestina em resposta a Danny Ayalon” (STANDUB, 2013) passa pela afirmação da própria existência dessa nação e de seu povo, que deveria ser uma verdade histórica evidente (NASSER *apud* SAID, 2012), mas que tem sido sistematicamente negada. Sendo assim, a história que deveria ser contada seria: a Palestina, território que fica entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão, passou a existir sob esse nome em 450 a.c.⁸ e, desde então, tornou-se conhecida assim. Dos escritos de Heródoto e Aristóteles da Grécia antiga aos ingleses do século XIX, que se referiam ao seu protetorado

⁷ Theodor Herzl fundou o sionismo político em 1896 (FIELDER, 2003) a partir da sua tese: “O Estado judeu – a tentativa de uma solução moderna para a questão judaica”.

⁸ Fonte (STANDUB, 2013): Robinson, Edward, *Physical geography of the Holy Land*, Crocker & Brewster, Boston, 1865, p.15.

como “Mandato Britânico da Palestina”⁹, o fato é que a Palestina sempre existiu e que Israel foi criado com base na expulsão violenta de seus legítimos nativos.

Dessa maneira, além de afirmar a existência da própria Palestina, Dajana e Sawalha (STANDUB, 2013) confirmam a história que Ayalon propõe desconstruir: “durante a Guerra dos Seis Dias (1967), Israel tomou a Cisjordânia dos palestinos; recusou a petição das Nações Unidas de se retirar e construiu ilegalmente os assentamentos” (ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2011), estabelecendo Narrativas antagônicas e nomenclaturas distintas para explicar o mesmo fenômeno. Pois, o que parece estar em disputa é, primeiro, a hegemonia sobre a “verdade” dos fatos, que passa pela legitimação da própria Narrativa e a deslegitimação da “narrativa” alheia e, segundo, a homogeneização representativa do outro seguindo uma certa lógica, que pode gerar “um ego tão fictício quanto a imagem que se faz dos outros” (AUGÉ, 1998, p. 32).

3. Entendendo narrativas, Narrativas e “narrativas”

“Israel conseguiu, com a ajuda de seus aliados (...), montar esta explicação complexa, que é tão complexa que só eles podem entender.” (PAPPE, 2010).

Essa complexidade incompreensível para o outro, que Ilan Pappé levanta do mesmo modo que Morris (2008), como será detalhado depois, está diretamente ligada ao conceito de ficção e a ideia de narrativa trabalhada no artigo. Para Iser (2002), Augé (1998) e Lima (2006), a ficção, que “não é exclusividade da literatura” (LIMA, 2006, p. 279), não é o contrário do real como o saber tácito sugere, pois se configura como uma tríade de relações entre real, fictício e imaginário (ISER, 2002), em que o segundo faz a mediação entre os outros. Sendo assim, pode-se dizer que a ficção se apropria de elementos do real¹⁰, com relações e sistemas de referência próprios, aciona e realiza certos imaginários¹¹ originalmente difusos, fluidos e sem referência e os articula no texto ficcional, sem seguir uma certa

⁹ Fonte (STANDUB, 2013): Scientific Reporto of British Exploration Fund: <http://www.pef.org.uk/>

¹⁰ Empiricamente identificáveis e oriundos de várias dimensões: social, sentimental ou emocional.

¹¹ Conferindo-lhe, portanto, um certo “predicado de realidade” (ISER, 2002).

normatividade, de maneira a criar uma terceira coisa, uma representação, que não é a repetição exata de nada, mas que se torna um objeto de percepção do mundo, compreensível a partir desse próprio contexto.

Dessa forma, quando Pappe (2010) diz, que a explicação israelense sobre o conflito “é tão complexa que só eles podem entender”, pode-se inferir, que a incompreensão dessa narrativa estaria, sobretudo, na falta de compartilhamento do imaginário pelo outro, pois em termos do real, as narrativas israelenses e palestinas aparentemente se apropriam dos mesmos elementos, seguindo um certo “núcleo narrativo elementar” (GUINZBURG, *apud* AUGÉ, 1998), apesar de fazerem seleções e combinações¹² distintas, que acabam por particularizar a tematização do “mesmo” mundo. Mas a problemática principal, em termos de construção do texto ficcional, mesmo que não se assumam assim, seria outra, como continua Pappe (2010):

Não, não é. Realmente, ela não é complexa! E é por isso que a história é tão importante. Entender a história não tão complexa do que o movimento sionista esteve e está fazendo para a população indígena nativa da Palestina é tudo o que a história tem de ser”.

Na expectativa da revelação da ficção israelense a partir da história, que a princípio seria um texto não ficcional, como será problematizado depois, Pappe acaba levantando nessa frase, a questão sobre o terceiro ato de fingir de Iser: o “desnudamento da ficcionalidade” (2002). O mundo representado no texto ficcional, como afirma o autor e como já se discutiu, “não é um mundo dado, mas (...) deve ser entendido **como se fosse**” (ISER, 2002, p. 972, grifo meu), na medida em que o coloca “entre parênteses” (ISER, 2002), inserindo-o no próprio contexto do texto ficcional, ou seja, transformando o mundo representado num “objeto de encenação” (idem) que cria uma “ilusão de realidade” (idem) como toda ficção, a ponto de parecer verossímil mesmo quando entra em conflito com os códigos interpretativos da recepção. Sendo assim, desnudar, seria retirar os parênteses do texto ficcional e fazê-lo ser entendido como se fosse ficção, como de fato o é. E é isso que Pappe (2010) propõe que a

¹² Lembrando que “seleção” e “combinação” – conceitos não detalhados nesse artigo – são dois dos três atos de fingir de Iser (2002). A “seleção”, em poucas palavras, diz respeito a identificação e apropriação intencional de elementos reais e imaginários para o texto ficcional, que promovem “a transgressão dos sistemas contextuais” (ISER, 2002, p. 982) originais. E a combinação, diz respeito a articulação intencional, em termos de forma e fundo, dos elementos selecionados, que promovem uma “transgressão dos espaços semânticos intratextualmente constituídos” (idem) no sentido lexical e factual da narração.

história o faça, já que nesse caso, a disputa narrativa entre ficções e não ficções pode acabar influenciando a disputa existencial do próprio conflito Israel-palestino.

Independente das reflexões teóricas já introduzidas, que complexificam e ampliam o conceito de ficção, o fato é que o binômio questionado anteriormente (real x ficcional) tem sido comumente utilizado por israelenses e palestinos, devido, talvez, a um “novo regime de ficção” (AUGÉ, 1998) que estaríamos submetidos e a outras duas possíveis razões. Primeiro, ao fazer essa associação com base na definição tácita (ficcional é o oposto de real), é possível deslegitimar o relato alheio como se não tivesse nenhuma vinculação com o real ou como se fingisse ter um vínculo que não tem. Além disso, essa associação permite também, legitimar o próprio relato como se fosse a única “verdade” possível sobre o conflito. “Verdade” essa, vale ressaltar, que não precisa, “em grau algum, ser verdadeiro, mas deve positivamente parecer-lo.” (SCHLEGEL *apud* LIMA, 2006, p. 284).

Para Iser, toda ficção é naturalmente fingida, na medida em que coloca um mundo entre parênteses e o apresenta “como se” fosse real. Mas também é da sua natureza, desnudar-se e demonstrar que se trata de um “discurso encenado” (ISER, 2002). Por isso, as ficções deliberadamente fraudulentas, que não se revelam de forma alguma, no intuito de fingir algo que não são e assumir o lugar das não ficções sem de fato sê-las, caracterizaram as “ficções fingidas” de Iser (2002) e as “narrativas” desse trabalho. E é nesse lugar, que israelenses e palestinos parecem classificar o outro, se colocando como o elemento de desnudamento da ficcionalidade alheia, na tentativa de tirar os parênteses, ou melhor, as aspas da “narrativa” do outro. Mesmo que essa ficção, se assim preferirem classifica-la, seja capaz de demonstrar ou revelar uma realidade, sem ser necessariamente alienante como pontua Augé (1998).

Para Iser (2002) e, principalmente, para Odin (2012), o reconhecimento dessas classificações dependem mais do contrato estabelecido entre autor-leitor, do que dos signos presentes nos textos que caracterizariam uma ficção ou uma não ficção, mesmo que tais indicações possam influenciar em seus contratos de leitura. No entanto, vale ponderar, que além dessa questão, as narrativas israelenses e palestinas estão inseridas também, numa apropriação de elementos do real, que podem ser historicamente contestáveis e deliberadamente realizáveis. Em outras palavras, é preciso se perguntar até que ponto cada um está se remetendo a realidade e fazendo, de fato, o uso de “Enunciadores reais” (ODIN,

2012), através das suas historiografias. Mesmo que para alguns autores (AUGÉ, 1998; ISER, 2002), o discurso científico acabe se tornando o que ele próprio critica (ficções), devido a sua “tendência desmistificante” (ISER, 2002, p. 970) sobre o outro e raramente sobre si.

No ponto de vista de Iser (2002) e Augé (1998), parece não haver muita possibilidade de uma narrativa se constituir como uma não ficção genuína, já que todas acionam, de uma forma ou de outra, certos imaginários na perspectiva do primeiro ou certos sonhos e fantasias na perspectiva do segundo. Assim como não há ficções que não remetam – que é diferente de designar – a realidade, ao contrário dos rótulos duros, que israelenses e palestinos conferem a narrativa do outro, para aparentemente, deslegitima-la em absoluto. E é isso que Odin (2012) relativiza, ao estabelecer um meio termo analítico interessante para essas situações: a “leitura fictivizante” e a “leitura documentarizante”.

Para Odin (2012), o importante não é a existência “da realidade ou não realidade do representado, mas (...) *a imagem que o leitor faz do Enunciador*” (p. 14), o que para ele é uma operação estritamente pragmática e externa a narrativa. Pois é o leitor que constrói o “eu-origem fictício” (idem) ou o “eu-origem real” (idem)¹³, sendo que no primeiro se “espera que o autor tenha fictivizado o seu papel, [e] que suas asserções não devam (...) ser tomadas como afirmações segundo sua verdade semântica referencial” (SCHMIDT apud ODIN, 2012, p. 14, complemento meu) e no segundo, que o autor tenha documentarizado o seu papel, enquanto “Enunciador Real” (ODIN, 2012) e que suas asserções possam ser tomadas como tais.

Para as narrativas israelenses ou palestinas promoverem “leituras documentarizantes” (ODIN, 2012), a ponto de serem encaradas como não ficcionais, seria preciso que a recepção tomasse o relato, a narrativa, a sociedade, o escritor, o realizador e/ou o responsável pelo discurso como “Enunciador real” (idem), desde que ele de fato o fosse, ou então, produzi-lo institucionalmente, como muitas vezes as instituições midiáticas internacionais e nacionais parecem fazer acerca do conflito Israel-palestino. No entanto, para o autor, no final “todo o leitor tem a possibilidade, não importa em que momento do filme [ou da narrativa, nesse caso], de se conectar [ou não] à leitura documentarizante” (ODIN, 2012, p. 21, complemento

¹³ Nesse caso, adotou-se a abordagem linguística textual alemã, apresentada por Odin (2012), mas diferente do que ele utiliza em sua análise, por se tratar de uma conceituação mais alinhada com a conceituação desse ponto trabalhada no artigo.

meu), pois as compreensões de sentido são diversas e semanticamente exauríveis, como diria Iser (2002). Sendo esse, o elemento incontrolável e criador infinito de fissuras dessa disputa narrativa em questão.

Na perspectiva dos autores acionados (ISER, 2002; LIMA, 2006; AUGÉ, 1998), essas narrativas tentam se classificar como As Narrativas e rotular o outro como as “narrativas”, já que se tratam de textos que acionam, ao menos teoricamente, elementos do real e do imaginário israelense ou palestino, fornecendo, de acordo com a leitura do sujeito, instruções mais ou menos claras quanto a sua ancoragem ficcional ou documental. Criando variações, por exemplo, de narrativas pró-israelenses, como se viu no vídeo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel (2011) e como se verá no texto de Benny Morris (2008), ou narrativas pró-palestinas, como se viu no vídeo de Dajana e Sawalha (STANDUB, 2013) e nas palavras de Ilan Pappé (2008, 2010). Deixando em aberto, portanto, a conversão efetiva (AUGÉ, 2008) de uma das narrativas sobre a outra.

4. Reflexões sobre um processo classificatório

“Quem estiver interessado na história real da Palestina, de Israel e do conflito árabe-israelense faria bem em correr firmemente na direção oposta [a de Ilan Pappé].” (MORRIS, 2008, complemento meu).

A frase que dá início a esse tópico e fim ao artigo de Morris (2008), “O novo livro de Ilan Pappé é espantoso”, sintetiza a tônica do seu próprio texto, baseado no aparente desejo de (des)construção¹⁴ da narrativa alheia, por meio do desnudamento e, conseqüentemente, da deslegitimação dos postulados de Pappé, presentes, especificamente, na obra “A History of Modern Palestine: One Land, Two Peoples” (2006). O intuito dessa análise, vale ressaltar, não é mostrar quem está certo ou errado e tampouco qual deles – um ou os dois – poderia ser desnudado, mas investigar o conflito de narrativas em questão, tendo em mente o processo classificatório do texto do outro como “ficção fingida” (ISER, 2002).

¹⁴ A utilização desse termo, nessa configuração, parte do pressuposto que Morris (2008), assim como Pappé, desconstrói a narrativa do outro, ao mesmo tempo em que constrói a sua própria narrativa numa relação dialética.

As divergências entre Ilan Pappe e Benny Morris, facilmente visíveis atualmente, já foram, em outro momento, menos presentes ou menos claras. Segundo Morris (2008), no fim da década de 1980, eles faziam parte, junto com Avi Shlaim e Tom Segev, do grupo conhecido como “Novos Historiadores”. Apesar de produzirem algo semelhante, que consistia na revisão da história do conflito árabe-israelense em torno da década de 1940, eles mal se conheciam e produziam, cada um em sua cidade e insituição, reflexões particulares a partir dessa proposta espontânea, que abalou a tradicional narrativa sionista.

No início de 1990, Pappe (2011) afirma que a imprensa israelense desqualificava os “Novos Historiadores” por um lado e a Academia, a nível mundial, passava a considerar seus trabalhos por outro. Após o processo de Oslo (1993), o esqueleto dessa nova historiografia, ligada inclusive, ao “fato” (PAPPE, 2011) dos israelenses terem sido enganados pela narrativa tradicional – ou seja, por uma “narrativa” hegemônica – foi admitida dentro da comunidade acadêmica, do sistema educacional e da própria mídia israelense e internacional, iniciando um debate acalorado acerca disso. Mas, no início da segunda intifada Palestina (fim de 1990), segundo Pappe (2001), o panorama se inverteu por razões políticas e tudo que se relativizou um dia, foi extirpado da cultura israelita, promovendo uma completa reversão historiográfica e, conseqüentemente, o retorno dessa “ficção fingida” (ISER, 2002) que teria sido desnudada. Iniciando, provavelmente nesse contexto, o distanciamento entre os autores confrontados.

Para Morris (2008), o que prejudicou o estudo de Pappe, que ele analisa desde o seu primeiro livro – “Britain and the Arab-Israeli Conflict 1948-51 (PAPPE, 1988) – teria sido a permissão “(...) que a sua política afetasse a sua história” (MORRIS, 2008), a ponto de abandonar, talvez de maneira deliberada, o tom “moderado”, “brando”, “uniforme”, que “evitava a iconoclastia” (idem) em 1988, em prol de um certo fanatismo¹⁵ em 2006, fazendo-o esconder fatos e criar histórias com heróis e vilões, tendo de um lado as mulheres, crianças, camponeses, trabalhadores, pacifistas e ativistas árabes e do outro os “arrogantes gerais”, “políticos gananciosos”, “estadistas cínicos” e “homens misóginos” (PAPPE, 2006 segundo MORRIS, 2008) de Israel. Em suma, para Morris (2008), Pappe coloca os palestinos como vítimas e os sionistas como colonizadores, desconsiderado as agressões palestinas e as críticas

¹⁵ Ele não utiliza esse termo, mas dá a entende-lo, na medida em que afirma que Pappe deixou de ser moderado.

internacionais sobre a não aceitação de acordos. E é com base nisso, que o autor inicia, uma (des)construção da obra do outro, a partir do que aparentemente ele acredita ser verdade¹⁶.

A tabela que detalhará essa questão na página seguinte, se baseia exclusivamente nos postulados de Morris (2008). Nesse sentido, é preciso ter em mente duas coisas: primeiro, ele não menciona as referências sobre as próprias reconstruções e tampouco sobre os fragmentos que coloca entre aspas e diz ser de Pappé (2006), mesmo que, ao conhecer a sua obra, seja possível inferir que sejam deles de fato. O que não invalida, vale ressaltar de novo, a análise sobre o conflito de narrativas em questão.

TABELA 1
Mapeamento da (des)construção de Morris

Histórias de Pappé (2006), segundo Morris (2008)	Histórias de Morris (2008)
1929: Ben Gurion preside a Agência Judaica ¹⁷ .	1935 e 1948: mas ele foi presidente nesses anos.
Antes de 1936: Stern e Palmach ¹⁸ já existem.	1940-1941: mas eles foram fundados nesses anos.
1934: Alto Comitê Árabe ¹⁹ é criado.	1936: mas ele foi criado nesse ano.
10/1936: Alto Comitê Árabe declara greve geral.	05/1936 à 10/1939: mas ela ocorreu em outra data.
1936-39: Alto Comitê Árabe tenta um acordo com a Agência Judaica.	Mas ele nunca tentou isso.
08/1937: palestinos assassinam o comissário distrital da Galiléia, Major Andrew.	09/1937: mas os palestinos assassinaram o civil Lewis Andrews em outra data.
1946-48: Palmach luta contra os britânicos.	1947-48: mas eles não lutaram nesses anos.
1947: votação equilibrada na Partilha das Nações Unidas, para criação de dois Estados.	1947: mas a votação contou com 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções.
10/06/1948: é assinada a primeira trégua.	11/06/1948: mas ela foi iniciada nessa data e nunca foi assinada.
1948: Legião Árabe ²⁰ não se retira da Palestina.	1948: mas a maior parte dela se retira.
1948: 1 milhão de palestinos se refugiam.	1948: mas foram menos de 300 mil refugiados.
1948: forças judaicas são mais bem equipadas do que os exércitos árabes.	1948: mas elas não eram mais equipadas.
1969: o moderado Eshkol não aguenta a pressão da inflexível Golda Meir durante as eleições.	1969: mas ele morreu no exercício do cargo e Meir, que o sucedeu, concorreu as eleições depois.
1982: Líbano é destruído por bombardeios aéreos e múltiplos sobre pequenas áreas.	1982: mas o Líbano não foi destruído, apesar dos bombardeios, que nunca foram múltiplos.
Fedaym, grupo de resistentes, tentam recuperar as propriedades tomadas.	Mas os <i>fedaym</i> , organizados pelo Egito, eram “terroristas de inteligência” (MORRIS, 2008).

¹⁶ Ele não afirma isso, mas também dá a entender, na medida em que coloca a sua narrativa como “A” aceitável.

¹⁷ Organização que representava os judeus antes da formação do Estado de Israel (WIKIPEDIA, 2014).

¹⁸ Grupos armados israelenses (NSEIR, 2014).

¹⁹ Órgão político árabe que existiu durante o Mandato Britânico da Palestina (WIKIPEDIA, 2014).

²⁰ Força armada voltada a segurança interna do território leste da Palestina (MILITARY POWER, 2014).

“Há mais, a lista é interminável...” (MORRIS, 2008)

FONTES – MORRIS (2008).

Ao analisar o “Mapeamento da (des)construção de Morris” (TABELA 1) nota-se dois processos: uma (des)construção completa por um lado e uma (des)construção interpretativa por outro. Pois, existem certos casos que parecem se fundamentar na primeira (des)construção, na medida em que partem de uma contestação factual, na maioria das vezes, ligada a datas, números e dados, tais como: a presidência de Ben Gurion, a fundação do Alto Comitê Árabe e as histórias da greve geral, acordos, retirada da Legião Árabe, assassinato de Andrew, luta contra britânicos, votação da Partilha das Nações Unidas, número de refugiados (1948), poderio das forças judaicas (1948) e existência de múltiplos ataques aéreos ao Líbano. Mas, existem outros casos que dão margem a uma (des)construção interpretativa, na medida em que os postulados de um não parecem se contradizer completamente aos postulados do outro, vejamos quais são:

- Mesmo que os grupos israelenses Stern e Palmach tenham sido fundados em 1940 e 1941 (MORRIS, 2008), isso não invalida a possibilidade deles já existirem antes de 1936 (PAPPE, 2006, segundo MORRIS, 2008).
- Mesmo que Eshkol tenha exercido seu cargo até sua morte (MORRIS, 2008), isso não invalida a possibilidade dela ter sido causada por pressões de Golda Meir (PAPPE, 2006, segundo MORRIS, 2008).
- Diante dos bombardeios ao Líbano em 1982, qual seria o critério para afirmar se ele foi destruído (PAPPE, 2006, segundo MORRIS, 2008) ou não (MORRIS, 2008)?
- Diante da prática dos *fedaym*, qual seria o critério para afirmar se eles representavam um grupo terrorista (MORRIS, 2008) ou a própria resistência palestina (PAPPE, 2006, segundo MORRIS, 2008)?

Independente dos processos de (des)construção acionados (TABELA 1) e da própria relação, documentarizante ou fictivizante (ODIN, 2012), que ela possa estabelecer com seus leitores, é interessante notar, que no esforço de deslegitimar a narrativa do outro, que Morris (2008) diz ser notadamente marcada pela afirmação: “isso é o que aconteceu” (MORRIS,

2008), ele acaba se transformando no que mesmo critica. Pois, o que faz não seria justamente isso, tendo como base a reflexão de Iser (2002): “ao tentar dominar a ficção, ela se viu forçada a reconhecer como ficções as suas próprias bases, sendo obrigada a abrir mão, face à crescente ficcionalização de si mesma, da pretensão de ser uma disciplina básica universal” (p. 960), ou nesse caso, de ser uma explicação básica universal.

5. Conclusões e tensionamentos preliminares

O pesquisador também deve ter um pouco de audácia, além de rigor científico e é inspirado nisso, que o artigo se propõe agora, a algumas conclusões e tensionamentos preliminares – igualmente suscitados pelas leituras e análises teórico-empíricas –, na tentativa de fazer uma articulação da pesquisa bibliográfica com a análise de discurso, apresentando suas questões principais e problematizando o que elas mesmas provocaram.

Na perspectiva dos autores trabalhados no objeto teórico (ISER, 2002; AUGÉ, 1998; LIMA, 2006; ODIN, 2012) é difícil identificar, a apresentação de uma Narrativa com “n” maiúsculo, ou seja, uma não ficção genuína, que Morris (2008, 2014) e Pappe (2008, 2010), ao contrário, dizem sustentar cientificamente. Pois, no primeiro grupo, tudo parecia ser ficção, mesmo que estivesse passível a “leituras documentarizantes” (ODIN, 2012) se o sujeito assim quisesse, levantando, também, os primeiros tensionamentos desse ponto.

A argumentação sobre a inexistência da não ficção genuína é compreensível dentro do tripé de Iser (2002) – realidade, ficção e imaginário –, mas não há um consenso sobre pensar as narrativas científicas a partir dele – mesmo que o autor justifique essa questão –, como é o caso de Morris (2008, 2014) e/ou Pappe (2008, 2010). Ambos podem acionar, em certos momentos e de certas maneiras, elementos da realidade e do imaginário, mas realmente não seria possível analisar quem o faz de forma a constituir uma “ficção fingida” (ISER, 2002) ou uma não ficção? E até ponto a produção documentarizante ou fictivizante de uma narrativa não seria de fato determinante para uma dada leitura? Pois, mesmo sabendo que Odin (2012) problematiza essa questão, na medida em que discute os “Enunciadores reais”, ele pareceu bem otimista com o campo da recepção, dando uma certa soberania e poder a mesma.

Os historiadores Benny Morris (2008, 2014) e Ilan Pappé (2008, 2010), por sua vez, sustentam a crítica ao outro pela suposta filiação ideológica ou imaginária – articulando com o conceito de Iser (2002) – com um certo lado do conflito. Mas, se a não ficção, que eles mesmos conclamam pra si, se legitima, sobretudo, pela existência de “Enunciadores reais”, em outras palavras, pelo rigor científico que a História lhes exige, até que ponto tais vinculações prejudicam a historiografia, a ponto de legitimarem ou deslegitimarem uma certa narrativa? E até que ponto, os elementos historiográficos acionados para sustentar tal crítica e/ou teoria tem de fato uma vinculação com o real? Enfim, como se poderia mensurar essa questão, a ponto de desnudar uma “narrativa” ou elevá-la a não ficção, tirando-lhe as aspas e colocando um “n” maiúsculo?

Na impossibilidade e na falta de pretensão de responder essas perguntas, que talvez percorram eternamente essa pesquisa, o artigo se finaliza, então, com uma compreensão mais clara sobre o conflito das narrativas que existem em vários níveis (ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIR, 2014; MORRIS, 2008, 2014; PAPPE, 2008, 2010; I STANDUB, 2014) e do processo de classificação (narrativa, Narrativa ou “narrativa”), que permeia esse jogo de legitimação e deslegitimação narrativa, entendidos aqui, como ficção, não ficção e “ficção fingida” (ISER, 2002), mas que também podem ser entendidos a partir de outras categorias.

Referências

AUGÉ, Marc. **A guerra dos sonhos**: Exercícios de etnoficção. Campinas: Papirus, 1998. 127p.

FIEDLER, Teja. **A quem pertence a terra Santa?** Visão judaica, Paraná, nº 15, jul. 2003. Disponível em:
<<http://visaojudaica.com.br/Julho2003/Links/Artigos%20e%20reportagens/aquempertenceaterrasanta.htm>> Acesso em: 03 ago. 2014.

FINKELSTEIN, Norman. **A Indústria do Holocausto**: Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 156 p.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: ISER, Wolfgang. LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 955-987.

ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Israel Palestinian Conflict: The Truth About the West Bank.** YouTube, 07 de julho de 2011. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=XGYxLWUKwWo>> Acesso em: 20 jul. 2014.

LIMA, Luiz. Um instante com Wolfgang Iser. In: LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 278-291.

MILITARY POWER. **Soldado da Legião Árabe.** Military Power, 21 set. 2014. Disponível em: <<http://www.militarypower.com.br/frame4-comb29.htm>> Acesso em: 21 set. 2014.

MORRIS, Benny. **O novo livro de Ilan Pappé é espantoso.** Visão judaica, Paraná, nº 70, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.visaojudaica.com.br/Julho2008/artigos/11.html>> Acesso em: 31 jul. 2014.

_____. **Roda Viva | Benny Morris | 23/06/2014:** entrevista [jun. 2014]. Entrevistadores: A. Clemesha, M. Guterman, M. Habib, P. Mello, A. Nunes e M. Rabinovici. São Paulo: RODA VIVA, 2014. 1 Vídeo (126 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ko6VKUMVL30>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

NASSER, Salem. Prefácio à edição brasileira. In: SAID, Edward. **A questão da Palestina.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. Prefácio, p. VII-XV.

NSEIR, Ghassan. **Sionismo e “Califado”:** semelhanças em seus aspectos e modos de atuação. Oriente mídia – Culturas da Resistência, 21 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.orientemidia.org/sionismo-e-califado-semelhanças-em-seus-aspectos-e-modos-de-atuacao/>> Acesso em: 20 set. 2014.

ODIN, Roger. Filme documentário, leitura documentarizante. **Significação:** Revista de Cultura Audiovisual, São Paulo, ano 39, n. 37, p. 10-30, jan.-jun. 2012.

PAPPE, Ilan. **Die ethnische Säuberung in Palästina und das Rückkehrrecht der Palästinenser:** palestra [nov. 2010]. Stuttgart: Palästina Solidaritätskonferenz, 2010. 1 Vídeo (102 min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JsePdGlg1xA>> Acesso em: 25 jul. 2014.

_____. **Israeli Myths & Propaganda:** entrevista [2008]. Haifa: Americans for a Just Peace in the Middle East, 2008. 1 Vídeo (106 min). Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=buIKKeygWBY>> Acesso em: 25 jul. 2014.

SAID, Edward. **A questão da Palestina.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 355 p.

STANDUB. **The ACTUAL Truth About Palestine in response to Danny Ayalon.** YouTube, 06 de novembro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MBYkBgY1-LM>> Acesso em: 20 jul. 2014.

WIKIPEDIA. **Agência judaica.** Wikipedia - A enciclopédia livre. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ag%C3%A2ncia_Judaica> Acesso em: 20 set. 2014.

WIKIPEDIA. **Alta Comissão Árabe.** Wikipedia - A enciclopédia livre. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alta_Comiss%C3%A3o_%C3%81rabe>

10^o interprogramas de **mestrado** FACULDADE CÁSPER LÍBERO

> Acesso em: 20 set. 2014.